

HUGO DE BRITO
MACHADO SEGUNDO

MANUAL DE DIREITO TRIBUTÁRIO

12^a
edição

Revista e
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 21.01.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2022 by
Editora Atlas Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Al. Arapoema, 659, sala 05, Tamboré
Barueri – SP – 06460-080
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Atlas Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

M134m

Machado Segundo, Hugo de Brito

Manual de direito tributário / Hugo de Brito Machado Segundo. – 12. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2022.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-217-9

1. Direito tributário – Brasil. I Título.

22-75644

CDU: 34:351.713(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	1
1.1. Sociedades humanas, poder político e tributo	1
1.2. O Estado e os recursos necessários à sua manutenção.....	5
1.2.1. Tributo e redução de desigualdades	9
1.3. Poder e competência.....	16
1.4. Atribuição de competência e repartição de receita.....	18
1.5. Direito Público, Direito Financeiro e Direito Tributário	20
CAPÍTULO 2 – DIREITO TRIBUTÁRIO	23
2.1. Conceito de Direito Tributário.....	23
2.2. Posição, denominações e autonomia	24
2.3. Ciência do Direito Tributário e ramos do conhecimento não jurídico relaciona- dos	26
2.3.1. A “Ciência do Direito Tributário”	27
2.4. Fontes do Direito Tributário.....	30
2.4.1. Explicações preliminares	30
2.4.2. Fontes materiais	31
2.4.3. Fontes formais.....	31
2.5. Tributo: conceito e espécies	33
2.5.1. Conceito de tributo	33
2.5.2. Espécies de tributo.....	43
2.5.2.1. Classificações possíveis	43
2.5.2.2. Impostos	43
2.5.2.3. Taxa	44
2.5.2.4. Contribuição de melhoria	45
2.5.2.5. Empréstimo compulsório.....	46
2.5.2.6. Contribuições.....	47
2.6. Tributação oculta.....	48
2.7. Funções do tributo	51

CAPÍTULO 3 – LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR...	55
3.1. Noções gerais	55
3.2. Legalidade	58
3.2.1. Legalidade e medida provisória.....	61
3.3. Isonomia.....	61
3.4. Irretroatividade.....	64
3.5. Anterioridade.....	68
3.6. Não confisco.....	72
3.7. Liberdade de tráfego	74
3.8. Imunidades	75
3.8.1. Imunidades, isenções e não incidência.....	75
3.8.2. Imunidades e impostos	78
3.8.3. Imunidades do art. 150, VI, da Constituição Federal.....	78
3.8.4. Outras imunidades.....	87
3.9. Limitações dirigidas à União	89
3.10. Limitações voltadas a Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.....	91
3.11. O dever fundamental de pagar tributos	92
3.12. Outros princípios da tributação	93
3.12.1. Capacidade contributiva.....	93
3.12.2. Não cumulatividade	96
3.12.3. Seletividade.....	101
3.12.4. Progressividade.....	103
3.12.5. Praticabilidade	104
3.12.6. Vedação à bitributação e ao <i>bis in idem</i>	106
3.12.7. Segurança jurídica	107
CAPÍTULO 4 – LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	111
4.1. Conceito	111
4.2. Vigência e aplicação da legislação tributária	115
4.3. Interpretação da legislação tributária	119
4.4. Integração da legislação tributária	123
CAPÍTULO 5 – OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	127
5.1. Conceito e espécies	127
5.2. Fato gerador	130
5.2.1. Norma geral antielisão	133
5.3. Sujeito ativo.....	140
5.4. Sujeito passivo.....	141
5.4.1. Solidariedade.....	144
5.4.2. Domicílio tributário	147
5.5. Responsabilidade tributária.....	148

5.5.1.	Noções gerais	148
5.5.2.	Responsabilidade de sucessores.....	153
5.5.3.	Responsabilidade de terceiros.....	162
5.5.4.	Responsabilidade por infrações.....	168
5.5.4.1.	Denúncia espontânea.....	170
CAPÍTULO 6 – CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....		177
6.1.	Conceito e natureza jurídica.....	177
6.2.	Constituição do crédito tributário pelo lançamento.....	179
6.2.1.	Noções gerais	179
6.2.2.	Modalidades de lançamento	185
6.2.2.1.	Lançamento de ofício.....	185
6.2.2.2.	Lançamento por declaração	186
6.2.2.3.	Lançamento por homologação.....	187
6.2.3.	Controle de legalidade do lançamento	191
6.3.	Suspensão da exigibilidade do crédito tributário.....	197
6.3.1.	Noções gerais	197
6.3.2.	Moratória e parcelamento	198
6.3.3.	Depósito de seu montante integral	202
6.3.4.	Reclamações e recursos administrativos	204
6.3.5.	Liminar em mandado de segurança e tutelas provisórias em outras espécies de ação judicial.....	205
6.4.	Extinção do crédito tributário.....	207
6.4.1.	Noções gerais	207
6.4.2.	Pagamento	208
6.4.2.1.	Considerações gerais.....	208
6.4.2.2.	Imputação em pagamento.....	211
6.4.2.3.	Consignação em pagamento.....	213
6.4.2.4.	Pagamento indevido e restituição	215
6.4.2.4.1.	A questão da restituição do indébito relativo a tributos ditos “indiretos”.....	217
6.4.2.4.2.	Prazo aplicável e demais aspectos do pedido de restituição	228
6.4.3.	Compensação.....	235
6.4.4.	Transação.....	238
6.4.5.	Remissão.....	239
6.4.6.	Decadência	240
6.4.7.	Prescrição	243
6.4.8.	Conversão do depósito em renda.....	245
6.4.9.	Pagamento antecipado e homologação do lançamento.....	246
6.4.10.	Decisão administrativa irreformável.....	248

6.4.11. Decisão judicial passada em julgado.....	248
6.4.12. Dação em pagamento.....	249
6.5. Exclusão do crédito tributário.....	249
6.5.1. Noções gerais.....	249
6.5.2. Isenção.....	250
6.5.3. Anistia.....	255
6.6. Garantias e privilégios do crédito tributário.....	255
CAPÍTULO 7 – ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	265
7.1. Fiscalização. Fundamento constitucional e limites à sua atuação.....	265
7.1.1. Dívida ativa.....	270
7.1.1.1. O protesto de CDA.....	272
7.1.2. Certidões de regularidade fiscal.....	274
CAPÍTULO 8 – EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA.....	277
8.1. Noções gerais.....	277
8.2. Impostos federais.....	279
8.2.1. Imposto de importação.....	279
8.2.2. Imposto de exportação.....	282
8.2.3. Imposto de Renda.....	283
8.2.4. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	291
8.2.5. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros.....	294
8.2.6. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).....	295
8.2.7. Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF).....	297
8.2.8. Impostos residuais e extraordinários.....	300
8.2.8.1. Impostos residuais.....	300
8.2.8.2. Impostos extraordinários.....	301
8.3. Impostos estaduais.....	301
8.3.1. Imposto sobre Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação (ITCD).....	301
8.3.2. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e à prestação de serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal (ICMS).....	305
8.3.3. Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).....	312
8.4. Impostos municipais.....	314
8.4.1. Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).....	314
8.4.2. Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI).....	316
8.4.3. Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS).....	318
8.5. Taxas e contribuições de melhoria.....	323
8.5.1. Taxas.....	323
8.5.2. Contribuições de melhoria.....	327
8.6. Empréstimos compulsórios.....	329

8.7.	Contribuições	330
8.7.1.	Noções gerais	330
8.7.2.	Contribuições e anterioridade	331
8.7.3.	Contribuições e lei complementar	332
8.7.4.	Espécies de contribuições.....	333
8.7.4.1.	Contribuições sociais.....	333
8.7.4.2.	Contribuições de custeio da seguridade social.....	333
8.7.4.2.1.	A não cumulatividade das contribuições PIS e COFINS.....	335
8.7.4.3.	“Outras” contribuições sociais.....	336
8.7.4.4.	Contribuições de intervenção no domínio econômico.....	337
8.7.4.5.	Contribuições corporativas.....	338
8.7.4.6.	Contribuição de iluminação pública	339
8.8.	Simplex Nacional.....	342
CAPÍTULO 9 – ILÍCITO TRIBUTÁRIO.....		347
9.1.	Preliminarmente.....	347
9.1.1.	Sanção e prêmio.....	349
9.1.2.	Espécies ou classificações de sanções.....	351
9.1.3.	Cumulação de sanções administrativas e penais.....	353
9.2.	Penalidades administrativas em matéria tributária	355
9.2.1.	Fundamento constitucional para a imposição de uma penalidade pecuniária	355
9.2.2.	Infrações mais graves, multas mais pesadas	362
9.2.3.	Multa proporcional ao valor do tributo, quando este não é devido	364
9.2.4.	A alegada “responsabilidade objetiva” pela prática de infrações administrativas.....	366
9.2.5.	Conteúdo das sanções: critérios e limites.....	368
9.2.6.	Interpretação dos textos normativos que veiculam sanções.....	371
9.2.7.	Sanções administrativas e o princípio da legalidade.....	372
9.2.8.	Denúncia espontânea da infração	373
9.2.9.	Sanções administrativas e devido processo legal. As chamadas “sanções políticas”	375
9.2.10.	Descumprimento ao art. 212 do CTN por parte do Fisco e infrações decorrentes do desconhecimento da legislação.....	377
9.3.	Direito Penal Tributário	380
9.3.1.	Noções gerais	380
9.3.2.	Apropriação indébita previdenciária	380
9.3.3.	Excesso de exação.....	385
9.3.4.	Sonegação de contribuição previdenciária.....	386
9.3.5.	Descaminho	387
9.3.6.	Disposições da Lei 8.137/90	388

9.3.7. Prévio exaurimento da via administrativa	392
9.3.8. Lançamentos baseados em presunções e reflexos no âmbito penal.....	398
9.3.9. Concurso de crimes e crime continuado.....	400
9.3.10. A necessidade do dolo	401
9.3.11. Denúncia genérica e crimes praticados no âmbito de pessoas jurídicas....	403
9.3.12. Inexigibilidade de conduta diversa.....	405
9.3.13. Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	407
9.3.14. Direito ao silêncio e o dever de informar	407
CAPÍTULO 10 – NOÇÕES DE PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO....	409
10.1. Noções preliminares	409
10.2. Lançamento.....	410
10.2.1. Natureza e espécies.....	410
10.2.2. Procedimento preparatório do lançamento de ofício revisional.....	410
10.2.3. Lançamento. Requisitos.....	413
10.2.4. Impugnação.....	415
10.2.5. Julgamento de primeira instância.....	417
10.2.6. Recurso voluntário e remessa de ofício	418
10.2.7. Julgamento de segunda instância	418
10.2.8. Recursos excepcionais.....	419
10.2.9. Decisão administrativa definitiva e discussão judicial	420
10.2.10. Decisão administrativa definitiva e rediscussão na via administrativa....	421
10.2.11. Agravamento da exigência e devido processo legal	422
10.2.12. Inscrição em dívida ativa.....	423
10.3. Processos de reconhecimento de direito.....	424
10.3.1. Noções gerais	424
10.3.2. Reconhecimento e cancelamento de imunidades e isenções individuais ...	425
10.3.3. Restituição e compensação.....	426
10.3.4. Moratória e parcelamento	427
10.3.5. Exclusão do Simples Nacional	429
10.3.6. Consulta fiscal.....	430
CAPÍTULO 11 – NOÇÕES DE PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO	433
11.1. Aspectos fundamentais.....	433
11.2. Ações de iniciativa do fisco e ações de iniciativa do contribuinte	435
11.3. Ações de iniciativa do fisco.....	436
11.3.1. Execução fiscal	436
11.3.1.1. Corresponsáveis	437
11.3.1.2. Exceção de pré-executividade	439
11.3.1.3. Garantia da execução	440
11.3.1.4. Oposição de embargos e suspensão da execução	443

11.3.1.5. Honorários de sucumbência nas execuções não embargadas.....	444
11.3.1.6. Suspensão da execução e prescrição intercorrente.....	446
11.3.2. Cautelar fiscal.....	448
11.4. Ações de iniciativa do contribuinte	451
11.4.1. Embargos do executado.....	451
11.4.2. Mandado de segurança	454
11.4.2.1. Noções gerais.....	454
11.4.2.2. Cabimento em matéria tributária.....	456
11.4.2.3. Mandado de segurança e compensação.....	456
11.4.2.4. Mandado de segurança coletivo.....	458
11.4.2.5. Impetração preventiva e mandado de segurança contra “lei em tese”	459
11.4.2.6. Medida liminar.....	460
11.4.2.7. O pedido de suspensão de liminar e de suspensão de segurança ...	462
11.4.2.8. Participação do MP	463
11.4.2.9. Sentença e recursos.....	463
11.4.3. Ação anulatória	465
11.4.4. Ação declaratória	466
11.4.5. Ação de repetição do indébito	469
11.4.6. Ação de consignação em pagamento	472
11.5. Ações da coletividade	474
11.5.1. Nota distintiva.....	474
11.5.2. Ação popular	475
11.5.3. Ação civil pública.....	475
11.6. Controle concentrado de constitucionalidade	476
11.6.1. Natureza e finalidade.....	476
11.6.2. ADI e ADC.....	477
11.6.3. ADPF.....	479
CAPÍTULO 12 - NOÇÕES DE DIREITO FINANCEIRO	483
12.1. Conceito de direito financeiro.....	483
12.2. Receita pública.....	486
12.2.1. Conceito.....	486
12.2.2. Espécies.....	487
12.2.2.1. Receitas extraordinárias e receitas ordinárias.....	487
12.2.2.2. Receitas originárias e receitas derivadas.....	488
12.2.2.3. Receitas correntes e receitas de capital.....	490
12.2.3. Repartição constitucional de receitas.....	491
12.3. Orçamento	492
12.3.1. Noções gerais	492
12.3.2. Espécies de orçamento.....	494

12.3.3. Orçamento e controle da atividade financeira do Estado	495
12.4. Despesa pública	496
12.4.1. Despesas correntes	497
12.4.2. Despesas de capital.....	498
12.5. Dívida pública.....	498
12.6. Princípios de direito financeiro	499
12.6.1. Princípio da exclusividade.....	499
12.6.2. Princípio da programação	500
12.6.3. Princípio do equilíbrio.....	500
12.6.4. Princípio da anualidade.....	500
12.6.5. Princípio da unidade.....	500
12.6.6. Princípio da universalidade.....	501
12.6.7. Princípio da legalidade	501
12.6.8. Princípio da transparência	501
12.6.9. Princípio da publicidade.....	502
12.6.10. Princípio da quantificação.....	502
12.6.11. Princípio da não vinculação.....	502
12.7. Algumas notas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	505
12.7.1. Aspectos gerais.....	505
12.7.2. Exigências relativas ao orçamento.....	505
12.7.3. Exigências relativas à receita pública (e à sua renúncia)	506
12.7.4. Exigências relativas à despesa pública	507
12.7.5. Transferências voluntárias.....	508
12.7.6. LRF e dívida pública.....	509
12.7.7. Transparência, controle e fiscalização na LRF.....	510
12.8. O <i>impeachment</i> de Dilma Rousseff e o Direito Financeiro.....	510
12.9. Estabelecimento de um teto para as despesas públicas.....	512
12.10. A sistemática de precatórios e o endividamento dos entes federativos periféricos.....	515
12.10.1. Adimplemento de precatórios e Estado de Direito	519
REFERÊNCIAS	521
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	537